

**Cooperativa de Economia e
Crédito Mútuo dos Integrantes
do Ministério Público e Poder
Judiciário do Estado do Pará
Ltda. – Sicoob Coimppa**

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2016 e relatório
dos auditores independentes**

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Balço patrimonial em 30 de junho

Em milhares de reais

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante	20.886	60.221	Circulante	19.905	17.185
Disponibilidades (Nota 4)	53	101	Depósitos (Nota 8)	16.738	14.442
Títulos e valores mobiliários	28	324	Depósitos à vista	3.218	3.300
Relações interfinanceiras (Nota 4)	10.351	5.311	Depósitos a prazo	13.610	11.141
Operações de crédito (Nota 5)	10.168	54.434	Obrigações por empréstimos		
Operações de crédito	10.973	54.985	Outras obrigações	3.167	2.743
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(805)	551	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5	1
Outros créditos	269	51	Sociais e estatutárias	1.436	1.117
Créditos por avais e fianças honradas	89	-	Fiscais e previdenciárias	166	109
Rendas a receber	119	38	Diversas (Nota 9)	1.560	1.516
Diversos (Nota 6)	84	13			
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	(22)	-			
Outros valores e bens	17	-			
Ativo realizável a Longo Prazo	47.000		Patrimônio líquido (Nota 11)	50.526	45.038
Operações de crédito	47.000		Capital social	43.778	38.629
Operações de crédito (Nota 5)	47.236		Reserva de lucros	4.584	4.138
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(236)		Sobras acumuladas	2.164	2.271
Permanente	2.545	2.002			
Investimentos (Nota 7)	1.369	1.353			
Imobilizado de Uso (Nota 7)	1.062	60			
Intangível (Nota 7)	114	589			
Total do ativo	70.431	62.223	Total do passivo e do patrimônio líquido	70.431	62.223

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Demonstração de sobras ou perdas
Em milhares de reais

	Exercício findo em 30 de junho					
	2016			2015		
	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total
Receitas da intermediação financeira	5.251		5.251	4.464		4.464
Operações de crédito (Nota 5)	5.251		5.251	4.464		4.464
Resultado com títulos e valores mobiliários						
Despesas de intermediação financeira	(1.425)		(1.425)	(370)		(370)
Operações de captação no mercado	(837)		(837)	(560)		(560)
Operações de empréstimos				(22)		(22)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)	(588)		(588)	212		212
Resultado bruto da intermediação financeira	3.826		3.826	4.094		4.094
Outras receitas e despesas operacionais	(1.715)	83	(1.632)	(1.870)	82	(1.788)
Receitas de prestação de serviços (Nota 12)	20	164	184	-	146	146
Rendas de tarifas bancárias (Nota 12)	21		21	8	-	8
Despesas de pessoal (Nota 13)	(1.409)	(42)	(1.451)	(1.085)	(38)	(1.123)
Despesas administrativas (Nota 14)	(743)	(22)	(765)	(352)	(12)	(364)
Despesas tributárias	(2)	(17)	(19)	(8)	(14)	(22)
Outras receitas operacionais (Nota 15)	648		648	220	-	220
Outras despesas operacionais (Nota 16)	(250)		(250)	(653)	-	(653)
Resultado operacional	2.111	83	2.194	2.224	82	2.306
Resultado não operacional	-	-	-	-	6	6
Resultado antes da tributação sobre lucro	2.111	83	2.194	2.224	88	2.312
Imposto de renda e contribuição social		(30)	(30)	-	(41)	(41)
Provisão para imposto de renda		(14)	(14)	-	(21)	(21)
Provisão para contribuição social		(16)	(16)	-	(20)	(20)
Sobras do semestre/exercício	2.111	53	2.164	2.224	46	2.271

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	<u>Capital social integralizado</u>	<u>Fundo de reserva</u>	<u>Sobras acumuladas</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2015	34.421	4.138	3.324	41.883
Destinação das sobras acumuladas				
Distribuição de sobras (Nota 13)	3.324		(3.324)	-
Aumento de capital (Nota 13)	1.469			1.469
Redução de capital (Nota 13)	(585)			(585)
Sobras do exercício			2.271	2.271
Em 30 de junho de 2015	<u>38.629</u>	<u>4.138</u>	<u>2.271</u>	<u>45.038</u>
Em 1º de Julho de 2016	39.494	4.584	3.566	47.644
Destinação das sobras acumuladas				
Distribuição de sobras (Nota 13)	3.566		(3.566)	-
Aumento de capital (Nota 13)	1.306			1.306
Redução de capital (Nota 13)	(588)			(588)
Sobras do semestre			2.164	2.164
Em 30 de junho de 2016	<u>43.778</u>	<u>4.584</u>	<u>2.164</u>	<u>50.526</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Demonstração dos fluxos de caixa Em milhares de reais

	Exercício findo em 30 de junho	
	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Sobras do semestre / exercício		
Ajustes de:		
Despesas de depreciação e amortização		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Variações patrimoniais		
Operações de crédito		
Outros créditos		
Títulos e valores mobiliários		
Depósitos		
Obrigações por empréstimos e repasses		
Outras ativos e passivos, líquidos		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso		
Aplicação no intangível		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Variações patrimoniais		
Aumento de capital		
Baixa de capital		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa ("Cooperativa") é uma Cooperativa de crédito singular, filiada à Central das Cooperativas de Crédito Unicoob - Sicoob Central Unicoob ("Sicoob Central Unicoob"). A cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 24 de novembro de 1.994 e tem por objetivos principais:

- (a) proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados através de suas atividades específicas;
- (b) prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- (c) atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo; e
- (d) estimular o desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do sistema Sicoob.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/05 e nº 12.024/09) e as normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Foram adotados os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitaram com a regulamentação do CMN e BACEN, quais sejam:

- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4424/15.
- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A divulgação dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de agosto de 2016.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

(a) Apuração das sobras ou perdas

As sobras ou perdas são apuradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devam ser incluídas na apuração das sobras ou perdas do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e dispendiosas receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos sociais e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda (IR) e contribuição social (CSLL) quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

(c) Relações interfinanceiras

Composta por depósitos interfinanceiros junto à Sicoob Central Unicoob, os saldos são evidenciados acrescidos da atualização mensal dos valores de acordo com a aplicação da taxa de juros praticadas para cada aplicação.

(d) Demais instrumentos financeiros

A Cooperativa não possui instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2016 e de 2015.

(e) Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasse interfinanceiro para a Sicoob Central Unicoob, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras de baixo risco. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos pela Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Operações de crédito

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas *pro rata temporis* até a data do balanço.

(g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira, e fundamentada na análise das operações, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras. Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Cooperativa classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros. A administração classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela referida resolução para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

<u>Período de atraso</u>	<u>Classificação do cliente</u>
A vencer ou até 14 dias	AA
Até 15 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

(h) Permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado de uso está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O intangível está demonstrado ao custo de aquisição e é amortizado com base na vigência dos direitos contratuais ou a partir do momento em que começam a gerar os respectivos benefícios.

(i) Demais ativos circulantes e longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(j) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O imobilizado e outros ativos permanentes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. A administração não identificou evidências de perdas não recuperáveis em 30 de junho de 2016 e de 2015.

(k) Depósitos

O valor apresentado nas demonstrações financeiras está acrescido dos juros incorridos até a data de encerramento do período, através da aplicação mensal das taxas contratadas para as operações. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os depósitos a prazo estão classificados no balanço patrimonial considerando sua exigibilidade.

(l) Provisão para causas judiciais

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações cíveis e trabalhistas. Essas causas judiciais são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável.

A Cooperativa avalia a necessidade de provisão para causas judiciais referentes a ações cujo risco de perda é classificado como provável, de acordo com a avaliação de assessores jurídicos. Alterações no entendimento dos assessores jurídicos podem refletir em alterações nos valores contabilizados nas demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(m) Demais passivos circulantes e exigível a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(n) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada exercício. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para causas judiciais, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Disponibilidades	53	101
Centralização Financeira em Cooperativa Central	<u>10.351</u>	<u>5.311</u>
	<u>10.404</u>	<u>5.412</u>

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- (a) Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo.
- (b) Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.
- (c) Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor.
- (d) Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 30 de junho de 2016 foi de 99,62% do CDI e sua liquidez é imediata, desde que a Cooperativa filiada mantenha 20% do saldo médio dos seus depósitos junto ao Sicoob Central Unicoob. No exercício findo em 30 de junho de 2016, a remuneração da Centralização Financeira foi de R\$ 544 (2015 - R\$ 210), respectivamente, registrada no grupo "Outros ingressos e receitas operacionais" da demonstração das sobras ou perdas (Nota 12).

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

(a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Operações de crédito				
Empréstimos e títulos descontados	10.892	47.197	58.089	54.985
Financiamentos	81	39	120	
Carteira total	10.973	47.236	58.209	54.985

A remuneração média no exercício findo em 30 de junho de 2016 das operações de empréstimo e financiamentos foi de 9,02% ao ano (2015 – 8.12 % ao ano), representando uma receita de R\$ 5.251 (2015 – R\$ 4.464) registrado na rubrica da demonstração de sobras e perdas.

(b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

	Carteira		Provisão para operações de crédito	
	2016	2015	2016	2015
Níveis de risco				
Nível AA	6.008	8.644	-	-
Nível A	43.938	39.649	220	198
Nível B	4.684	3.142	47	31
Nível C	2.007	2.848	60	85
Nível D	546	413	55	41
Nível E	482	109	145	33
Nível F	176	4	88	2
Nível G	26	52	18	36
Nível H	431	123	431	123
Total	58.297	54.985	1.063	551

(i) A diferença de R\$ 88 se refere a operações de outros créditos contabilizados em títulos e créditos a receber, essas operações possuem provisões de crédito no valor de R\$ 22.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação da provisão de crédito para liquidação duvidosa:	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo no início do período	624	820
Constituição	5.246	4.128
Reversão	<u>(4.829)</u>	<u>(4.397)</u>
	<u><u>1.041</u></u>	<u><u>551</u></u>
(d) Coobrigações em garantias prestadas		
As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:		
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Garantias prestadas em operações de associados	<u>1.015</u>	<u>229</u>
	<u><u>1.015</u></u>	<u><u>229</u></u>
(e) Distribuição das operações por tipo de cliente e atividade econômica		
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cliente		
Pessoa física	58.269	54.944
Pessoa jurídica	<u>28</u>	<u>41</u>
	<u><u>58.297</u></u>	<u><u>54.985</u></u>

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Distribuição por faixa de vencimento

	<u>2016</u>	
Faixas de vencimento		
Operações vencidas		
Até 30 dias	70	
Entre 31 e 60 dias	31	
Entre 61 e 90 dias	24	
Entre 91 e 120 dias	17	
Entre 121 e 150 dias	28	
Entre 151 e 180 dias	12	
Entre 181 e 240 dias	110	
Entre 241 e 300 dias	10	
Entre 301 e 360 dias	3	
Entre 361 e 540 dias	10	
Acima de 540	2	
	<u>317</u>	
Operações a vencer		
Até 30 dias	1.628	
Entre 31 e 60 dias	885	
Entre 61 e 90 dias	936	
Entre 91 e 180 dias	2.778	
Entre 181 e 360 dias	5.941	
Entre 361 e 720 dias	10.036	
Entre 721 e 1.080 dias	9.835	
Entre 1.081 e 1.440 dias	9.466	
Entre 1.441 e 1.800 dias	8.380	
Entre 1.801 e 5.400 dias	8.095	
	<u>57.980</u>	
	<u><u>58.297</u></u>	

(f) Operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Operações		
Lançadas contra prejuízo	148	57
Recuperadas de prejuízo	237	146

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Outros créditos - diversos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamentos e antecipações salariais	3	4
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	27	
Tributos a compensar	26	
Pagamentos a ressarcir	1	
Devedores diversos - País	27	9
Outros créditos a receber		
	<u>84</u>	<u>13</u>

7 Permanente

(a) Investimentos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Participação em Cooperativa Central	<u>1.311</u>	<u>1.311</u>
	<u>1.311</u>	<u>1.311</u>

Participação, em 30 de junho de 2016, referente a 1,68% do capital social da Sicoob Central Unicoob registrado pelo seu valor de aquisição. Em 30 de junho de 2015 o investimento referia-se a participação na Cooperativa Central de Crédito do Estado do Pará e Amapá - Sicoob Central Amazônia.

(b) Imobilizado

	<u>2016</u>					
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo final</u>	<u>Taxa de depreciação - %</u>
Imobilizações em curso	48	551	(463)	-	136	
Edificações	407	-	-	(13)	394	
Instalações	14	109	-	(1)	122	10
Móveis e equipamentos de uso	68	154	-	(8)	214	10
Sistema de comunicação	-	5	-	-	5	
Sistema de processamento de dados	64	127	-	(12)	179	20
Sistema de segurança	12	4	-	(2)	14	10
	<u>613</u>	<u>948</u>	<u>(463)</u>	<u>(36)</u>	<u>1.062</u>	

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015					Taxa de depreciação - %
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo final	
Edificações	432	-	-	(13)	419	
Instalações	12	4	-	(1)	15	10
Móveis e equipamentos de uso	78	1	-	(6)	73	10
Sistema de comunicação	-					10
Sistema de processamento de dados	51	27	-	(10)	68	20
Sistema de segurança	16	-	-	(2)	14	10
	<u>589</u>	<u>32</u>	<u>-</u>	<u>(32)</u>	<u>589</u>	

(c) Intangível

	2016					Taxa de amortização - %
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	Líquido	
Software	64	3	-	(5)	62	20%
	<u>64</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>62</u>	

	2015				Taxa de amortização - %
	Saldo inicial	Aquisições	Amortização	Saldo final	
Software	52	12	(4)	60	20
	<u>52</u>	<u>12</u>	<u>(4)</u>	<u>60</u>	

O intangível refere-se a contrato de cessão para utilização de licenças do *software* SISBR e ao *software* de computadores.

8 Depósitos

O grupo de depósitos é constituído pelo saldo mantido pelos cooperados em conta corrente (depósito à vista) e em aplicações financeiras (depósito a prazo), conforme abaixo:

	2016	2015
Depósitos à vista	3.128	3.300
Depósitos a prazo	13.610	11.141
	<u>16.738</u>	<u>14.442</u>

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As despesas com captação do exercício findo em 30 de junho de 2016 foram R\$ 837 e o percentual médio foi de 5,00 % ao ano (2015 - R\$ 560 e o percentual médio foi de 3,88 % ao ano), registrada na rubrica "Despesas de Intermediação Financeira – Operações de captação no mercado" na Demonstração de sobras ou perdas.

9 Outras obrigações - diversas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Obrigações por aquisição de bens e direitos	28	10
Provisão para pagamentos a efetuar	476	262
Provisão para passivos contingentes	10	7
Provisão para garantias prestadas		
Credores diversos – País	<u>1.045</u>	<u>1.237</u>
	<u>1.560</u>	<u>1.516</u>

A conta "Provisão para pagamentos a efetuar" refere-se a provisões de férias e encargos sociais, salários a pagar provisão para despesas administrativas. A conta "Credores diversos - País" refere-se aos valores pendentes de compensação pela Cooperativa, como cheques depositados e não compensados e cobranças pendentes de repasse e também possui saldo de seguros a pagar.

10 Provisão para causas judiciais

Na data das demonstrações financeiras, a administração da Cooperativa não tinha conhecimento de passivos relacionados a causas judiciais com probabilidade de perda considerada como provável ou possível.

11 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1, sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Capital social - milhares de reais	43.778	38.629
Número de associados	1.807	-

(b) Integralizações e baixa de capital

Representam o ingresso de novos associados com integralização de cotas-partes e o desligamento de associados mediante solicitação de devolução do capital integralizado no total de R\$ 1.306 referente ao exercício de 2016 (2015 – R\$ 1.469) e R\$ 588 (2015 – R\$ 585), respectivamente.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Fundo de reserva

O fundo de reserva das Cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Deve ser constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. Para a Cooperativa, o percentual utilizado é de 40% (quarenta por cento) das sobras líquidas do exercício, conforme o estatuto social.

(d) FATES

De acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as Cooperativas de crédito estão obrigadas a constituir o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da Cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social.

(e) Destinação do resultado acumulado

Na Assembleia Geral Ordinária de 18 de março de 2016, foi aprovada a destinação das sobras de R\$ 3.566 referentes ao exercício de 2015 (2015 – R\$ 3.324, referente exercício de 2014), sendo 100% para distribuição aos associados através de integralização de capital, proporcionalmente às operações por eles realizadas com a Cooperativa no exercício de 2015.

12 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	Exercício findo em 30 de junho	
	2016	2015
Rendas de serviços bancários	20	-
Rendas de tarifas bancárias	21	8
Outras receitas diversas	164	146
Total	205	154

Os valores registrados no item outras receitas diversas corresponde a rendas com convênios recebidos pela Cooperativa, onde R\$ 11 correspondem a rendas recebidas do Bancoob, R\$ 144 rendas com comissões de plano de saúde e R\$ 5 pertinente a renda com consórcio.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Despesas de pessoal

	Exercício findo em 30 de junho	
	2016	2015
Honorários pagos a diretores e conselheiros	320	262
Proventos	667	498
Encargos sociais	269	234
Benefícios	195	130
Total	1.451	1124

14 Despesas administrativas

	Exercícios findos em 30 de junho	
	2016	2015
Despesas de serviços do sistema financeiro	53	30
Despesas de serviços de vigilância e segurança	38	5
Despesas de aluguéis	10	-
Despesas de serviços de terceiros	86	-
Despesas de processamento de dados	58	71
Despesas de depreciação	42	31
Despesa de comunicações	37	17
Despesas de amortização	-	4
Despesas de transporte	13	1
Despesas de promoções e relações públicas	6	8
Despesas de água energia e gás	18	13
Despesas de seguros	2	1
Despesas de Material	9	10
Despesas de manutenção e conservação de bens	28	24
Despesas de publicações	2	1
Despesas de serviços técnicos especializados	60	35
Rateio de despesas da Central		
Outras despesas administrativas	303	114
	765	365

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Outras receitas operacionais

	<u>Exercícios findos em 30 de junho</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Recuperação de encargos e despesas	26	-
Ingressos de depósitos intercooperativos	544	210
Outras rendas operacionais	78	10
	<u>648</u>	<u>220</u>

16 Outras despesas operacionais

	<u>Exercícios findos em 30 de junho</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesa do fundo garantidor de depósito	13	
Perdas práticas internas	1	
Perdas práticas inadequadas	4	
Desconto concedido – operações de crédito	186	382
Multa e juros diversos	4	
Outras despesas operacionais		222
Contribuição ao fundo tecnologia da informação	11	
Outras contribuições diversas (i)	31	49
	<u>250</u>	<u>653</u>

(i) Referem-se a contribuições ao fundo para abertura e manutenção de pontos de atendimento, ao fundo de comunicação e marketing e ao fundo mútuo de valores.

17 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na Cooperativa por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa, inclusive diretores e executivos da mesma.

Incluem-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela Cooperativa ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos à vista		
Pessoas físicas		
Depósitos a prazo		
Pessoas físicas - taxa pós-fixada		
Operações de crédito (Nota 7)		
Remuneração de empregados e administradores - pessoas chave	225	

Adicionalmente, a Cooperativa realiza transações com a Cooperativa Central:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Centralização Financeira – Cooperativas (Nota 4)	10.351	5.311
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 15)	544	210

As despesas do Sicoob Central Unicoob são rateadas mensalmente para as Cooperativas a ela filiadas de acordo com os critérios abaixo:

- (a) Despesas de pessoal alocáveis - o valor total dos custos com pessoal é dividido de acordo com os indicadores preestabelecidos.
- (b) Despesas fixas e de diretoria - divididas em partes iguais para as Cooperativas, considerando-se quantidade de singulares.
- (c) Demais despesas não alocáveis - as despesas não alocáveis vão compor o valor global, sendo rateadas pelo critério de 50% proporcional aos recursos administrados e 50% pela carteira de crédito.

No exercício findo em 30 de junho de 2016, o valor de despesa rateada para a cooperativa foi de R\$ 280 (2015 – R\$ 0,00), alocadas no grupo "Despesas administrativas" na demonstração de sobras ou perdas (Nota 14).

18 Índices de Basileia e de imobilização

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Limites operacionais		
Patrimônio de Referência (PR)	50.442	44.786
Ativos Ponderados pelo Risco	48.913	44.391
Índice de Basileia (mínimo 13%) - %	103,13	100,89
Imobilizado para cálculo do limite	24.129	21.761
Índice de imobilização (limite 50%) - %	2,17	1,41

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Estrutura de gerenciamento de riscos

A Cooperativa, gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoração de ameaças a que nossos negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para a administração, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

(a) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Cooperativa é realizado por uma estrutura cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Cooperativa aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

(b) Risco de mercado e risco de liquidez

A Cooperativa aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Sistema e Liquidez, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. Também é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pelo Sistema Sicoob, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Cooperativa. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez.

(c) Risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Sistema Sicoob. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

(d) Risco de capital

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sistema Sicoob com objetivo de:

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e Poder Judiciário do Estado do Pará Ltda. – Sicoob Coimppa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos que as entidades do Sistema Sicoob estão sujeitas;
- Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sistema Sicoob;
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

* * *

José Melo da Rocha
Diretor vice-presidente
CPF: 037.313.832-68

Judas T.M.S.Brasil
Diretor Administrativo Financeiro
CPF: 039.575.432-15

Gabriel Amauri Mattna
Contador
CRC 064071/O-8 PR
CPF: 062.235.049-85